



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48051.003909/2021-83

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - COMPRAS MODELO AGU JULHO/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura aquisição com instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split, inverter, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Tabela 1 - Quantitativo Estimado de Bens e Custos Máximos.

ITEM	DESCRIÇÃO.	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO.FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO NAS CIDADES DE BOA VISTA/RR, MANAUS/AM, PORTO VELHO/RO, BELÉM/PA E PALMAS/TO	458218	Unid.	1	20,00	R\$ 3.072,28	R\$ 61.445,70
2	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO;FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO NAS CIDADES DE BOA VISTA/RR, MANAUS/AM, PORTO VELHO/RO, BELÉM/PA E PALMAS/TO	458191	Unid.	1	28,00	R\$ 3.951,34	R\$ 110.637,49
3	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO;FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO NAS CIDADES DE BOA VISTA/RR, MANAUS/AM, PORTO VELHO/RO, BELÉM/PA E PALMAS/TO	440747	Unid.	1	6,00	R\$ 5.455,77	R\$ 32.734,61
4	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO.FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO NAS CIDADES DE TERESINA/PI, FORTALEZA/CE, CAMPINA GRANDE/PB E RECIFE/PE.	458218	Unid.	1	26,00	R\$ 2.994,09	R\$ 77.846,32
5	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM	458191	Unid.	1	26,00	R\$ 3.793,00	R\$ 98.617,96

	CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO; FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO NAS CIDADES DE TERESINA/PI, FORTALEZA/CE, CAMPINA GRANDE/PB E RECIFE/PE.						
6	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO; FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO NAS CIDADES DE TERESINA/PI, FORTALEZA/CE, CAMPINA GRANDE/PB E RECIFE/PE.	440747	Unid.	1	7,00	R\$ 5.076,88	R\$ 35.538,16
7	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO NAS CIDADES DE CAMPO GRANDE/MS E GOIÂNIA/GO.	458218	Unid.	1	9,00	R\$ 3.128,66	R\$ 28.157,95
8	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO; FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO NAS CIDADES DE CAMPO GRANDE/MS E GOIÂNIA/GO.	458191	Unid.	1	9,00	R\$ 4.041,30	R\$ 36.371,67
9	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO; FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO NAS CIDADES DE CAMPO GRANDE/MS E GOIÂNIA/GO.	440747	Unid.	1	2,00	R\$ 5.246,70	R\$ 10.493,40
10	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NAS CIDADES DE BELO HORIZONTE/MG, GOVERNADOR VALADARES/MG E SÃO PAULO/SP	458218	Unid.	1	38,00	R\$ 2.975,36	R\$ 113.063,62
11	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO; FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NAS CIDADES DE BELO HORIZONTE/MG, GOVERNADOR VALADARES/MG E SÃO PAULO/SP	458191	Unid.	1	20,00	R\$ 3.959,79	R\$ 79.195,71
12	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO; FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NAS CIDADES DE BELO HORIZONTE/MG, GOVERNADOR VALADARES/MG E SÃO PAULO/SP	440747	UNID.	1	8,00	R\$ 4.941,40	R\$ 39.531,23
13	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM	458218	Unid.	1	9,00	R\$ 2.986,17	R\$ 26.875,53

	CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NAS CIDADES DE FLORIANÓPOLIS/SC E CRICIÚMA/SC.						
14	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO; FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NAS CIDADES DE FLORIANÓPOLIS/SC E CRICIÚMA/SC	458191	Unid.	1	5,00	R\$ 4.158,63	R\$ 20.793,14
15	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTUS: INVERTER; SELO PROCEL CATEGORIA A; MODELO HI-WALL; FRIO; COM CONTROLE REMOTO SEM FIO; 220 VOLTS; REGULAGEM DAS ALETAS POR CONTROLE: VERTICAL - MÓVEIS; SISTEMA DE FILTRAGEM E TRATAMENTO DE AR COM ELIMINAÇÃO DE ATÉ 90% DAS BACTÉRIAS; FLUÍDO R410-A NÃO INFLAMÁVEL, ATÓXICO; SERPENTINA DE COBRE; INCLUSO INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO; FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NAS CIDADES DE FLORIANÓPOLIS/SC E CRICIÚMA/SC	440747	Unid.	1	2,00	R\$ 4.968,48	R\$ 9.936,96

- 1.2. Em caso de divergências entre as especificações dos códigos CATMAT e aquelas constantes na relação anexa, prevalecerá esta última.
- 1.3. De modo a possibilitar uma compra mais flexível pela ANM, o pedido mínimo a ser realizado pela Administração será de 01(uma) unidade de qualquer tipo dos equipamentos, por unidade administrativa da ANM.
- 1.4. O prazo de validade da(s) ata(s) de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados de sua(s) assinatura(s), conforme permissão do art. 12 do Decreto nº 7.892/13.
- 1.5. *O termo de contrato será substituído por nota de empenho de despesa e ordem de fornecimento, conforme faculta o art. 62 da Lei nº 8.666/93, desde que nestes se faça referência expressa à vinculação dos mesmos às disposições do edital e do termo de referência que regem a contratação.*

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência (Anexo I).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência (Anexo I).

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com utilização do sistema de registro de preços.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da solicitação da ANM, o que ocorrerá *com o envio da nota de empenho e da ordem de entrega de material.*
- 6.2. Os endereços dos imóveis onde funcionam as unidades administrativas da ANM, nas quais deverão ser entregues e instalados os bens em questão podem ser acessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/anm/pt-br/composicao/copy_of_gerencias-regionais.
- 6.3. A aceitação do objeto abrange as etapas de recebimento provisório e definitivo dos bens e de recebimento provisório e definitivo da instalação dos bens.
- 6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.6.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.7. A desinstalação dos equipamentos antigos, bem como a instalação dos adquiridos, deverá ser executada em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento definitivo dos bens.

- 6.8. O serviço de instalação será recebido:
- 6.8.1. provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta; e
 - 6.8.2. definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação de conformidade mencionada;
 - 6.8.3. Na hipótese da verificação a que se referem os subitens anteriores não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DA INSTALAÇÃO DOS BENS

- 7.1. A empresa responsável pela execução do serviço de instalação deverá ser autorizada pelo fabricante do equipamento para tal atividade, devendo a contratada apresentar documento que comprove tal condição.
- 7.2. A ANM será responsável por prover todas as informações e condições necessárias à perfeita execução do serviço, tal como designação do local de instalação, autorização de entrada de pessoal e equipamentos da contratada em suas dependências e fornecimento de ponto de energia, a fim de possibilitar o funcionamento e teste dos bens.
- 7.3. A instalação dos bens deverá ocorrer, como padrão, dentro do horário comercial, que compreende o período entre 08:00h às 17:00h, em dias úteis. Contudo, em comum acordo com a Administração da ANM, em casos excepcionais, a instalação poderá ser realizada também fora do horário comercial ou em finais de semana.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações da Contratante:
- 8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 9.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 9.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
 - 9.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....
- 9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Exceto para a execução da parcela do objeto relativa à instalação dos equipamentos adquiridos, não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 10.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, especialmente se a mesma é autorizada pelo fabricante do equipamento para a execução do serviço de instalação, sem perda da garantia de fábrica.

10.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando-se em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega do equipamento com sua respectiva instalação e do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do equipamento com sua respectiva instalação e do recebimento da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia da execução do objeto, pois se trata de licitação para registro de preço de bens para pronta entrega, com verificação do cumprimento das obrigações contratuais da Contratada, inclusive instalação, em definitivo, previamente à realização dos pagamentos, conforme subitens 13.1 e 13.2 deste Termo de Referência;

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, *fornecida pelo fabricante*, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 09 (nove) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade *da assistência técnica autorizada*.

15.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 16.1.5. cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 16.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 16.2.2. multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 16.2.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 16.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 16.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.2.6. impedimento de licitar ou contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.
- 16.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 8 (oito) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I - Fornecimento satisfatório de, no mínimo, 10% (dez por cento) do quantitativo de aparelhos de ar condicionado relativo ao item em que esteja participando, não sendo necessário que a potência (BTUs) dos aparelhos registrados no(s) atestado(s) em questão seja igual a dos demandados no respectivo item da licitação, ou seja, serão aceitos atestados que certifiquem o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado de qualquer potência, desde que as demais características dos bens sejam observadas.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1. Valores unitários: conforme limites máximos discriminados na Tabela 1 (Quantitativo de Bens e Custos Máximos), constante no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

17.5. O critério de julgamento da proposta é o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O valor máximo aceitável da contratação, considerando todos os itens da licitação, é de **R\$ 781.239,46**(setecentos e oitenta e um mil e duzentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos).

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As despesas inerentes a eventual contratação correrão por conta das dotações aprovadas em Leis Orçamentárias destinadas à Agência Nacional de Mineração, a serem especificadas e comprovadas antes da assinatura do contrato ou emissão de ordem de compra, conforme permissivo constante do § 2º, art. 7º, do Decreto nº 7.892/2013 e Orientação Normativa nº 20 da AGU, de 1º de abril de 2009.

19.1.1. Gestão: 32396 - Agência Nacional de Mineração;

19.1.2. Unidade: 323102 - Agência Nacional de Mineração - DF;

19.1.3. Programa: 0032 - Gestão e Manutenção do Poder executivo

19.1.4. Ação: 2000 - Administração da Unidade;

19.1.5. Elemento de despesa: 44.90.52.12 - Aparelhos e Utensílios Domésticos;

20. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI nº [4773935](#));

20.2. Anexo II - Modelo de Ordem de Fornecimento (Doc. SEI nº [2987409](#));

20.3. Anexo III - Modelo de Termo de Recebimento (Doc. SEI nº [2987415](#));

Rogério Pinheiro Magalhães Carvalho

Integrante Requisitante Técnico - Coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação
Divisão de Projetos, Normas e Reformas

Diego Galantier

Integrante Requisitante Técnico
Divisão de Projetos, Normas e Reformas

Vitor Jackson Xavier Filho

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação
Coordenação Nacional de Licitações

De acordo:

Kleber Bolívar Meneghel Vargas

Chefe de Coordenação Nacional de Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **Diego Galantier, Servidor Público (movimentação, Portaria MPOG nº 193/2018)**, em 26/08/2022, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Jackson Xavier Filho, Coordenador Nacional de Licitações**, em 26/08/2022, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Kleber Bolivar Meneghel Vargas, Coordenador Nacional de Infraestrutura**, em 26/08/2022, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Pinheiro Magalhães Carvalho, Chefe da Divisão de Projetos, Normas e Reformas**, em 26/08/2022, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **4774229** e o código CRC **E3E6EE6F**.

Referência: Processo nº 48051.003909/2021-83

SEI nº 4774229

Criado por [diego.galantier](#), versão 17 por [vitor.filho](#) em 26/08/2022 10:22:53.